



Conselho das Finanças Públicas
Portuguese Public Finance Council

Análise da proposta de Orçamento do Estado para 2017

Apresentação na Comissão de Orçamento, Finanças
e Modernização Administrativa

17 de novembro de 2017



Apreciação global

- A POE/2017 reconhece reiteradamente os compromissos de consolidação orçamental do país o que é um aspeto positivo que deve ser sublinhado.
- O CFP quer também reconhecer o esforço efetuado de clareza na apresentação das medidas previstas e de quantificação dos seus efeitos diretos.
- No entanto a POE/2017 continua a inscrever-se na linha de orientação da programação orçamental focada em metas de curto prazo, assentando essencialmente na execução orçamental do ano corrente e no cenário macroeconómico para o ano seguinte.



Apreciação global

- Como o CFP assinalou no seu parecer sobre o cenário macroeconómico a POE/2017 tem subjacentes previsões estatisticamente plausíveis que contêm os riscos inerentes a qualquer previsão. Mas estes riscos são acentuados por:
 - Elevada vulnerabilidade à incerteza na envolvente externa
 - Baixo nível de investimento
 - Elevada dívida externa
- Este contexto implica um potencial de volatilidade económica e financeira que o CFP julga não estar devidamente considerado na POE. Designadamente na adoção de uma política orçamental que reconheça as condicionantes internas, os compromissos do contexto europeu e os termos do financiamento do país.

Passagem do saldo de 2016(e) a 2017(p)

	ANO DE 2016			ANO DE 2017					
	Estimativa (Não Ajustada)	One-off	Estimativa ajustada	Carry-over de medidas de 2016	Ganhos financeiros	One-off	Novas Medidas política	Cenário macroeconómico e outros efeitos	Previsão (não ajustada)
RECEITA	80 846	264	80 582	57	303	450	615	2 146	84 153
Receita Fiscal e Contributiva	67 900	0	67 900	-227	0	0	510	1 732	69 914
Imp. Indiretos	27 354		27 354	16	0		343	456	28 169
Imp. diretos	18 966	0	18 966	-342			209	599	19 432
Contrib. Sociais	21 581		21 581	98			-42	677	22 313
Receita não fiscal e não contrib	12 946	264	12 682	285	303	450	105	414	14 239
DESPESA	85 384	-21	85 405	765	-158	0	-387	1 543	87 168
Desp. Primária	77 366	-21	77 386	765	-98	0	-387	1 205	78 871
Cons. Interm.	10 591		10 591		-100		-290	479	10 680
Desp. c/ pessoal	20 704		20 704	343			-164	93	20 975
Prest. Sociais	35 113		35 113	119	3		247	133	35 615
Subsídios	1 108		1 108	7				-11	1 104
FBCF	3 428	-98	3 525	241				411	4 177
Outra despesa	6 422	77	6 345	56			-180	101	6 321
Juros	8 019		8 019		-60			338	8 297
SALDO	-4 538	285	-4 823	-707	461	450	1 002	602	-3 016

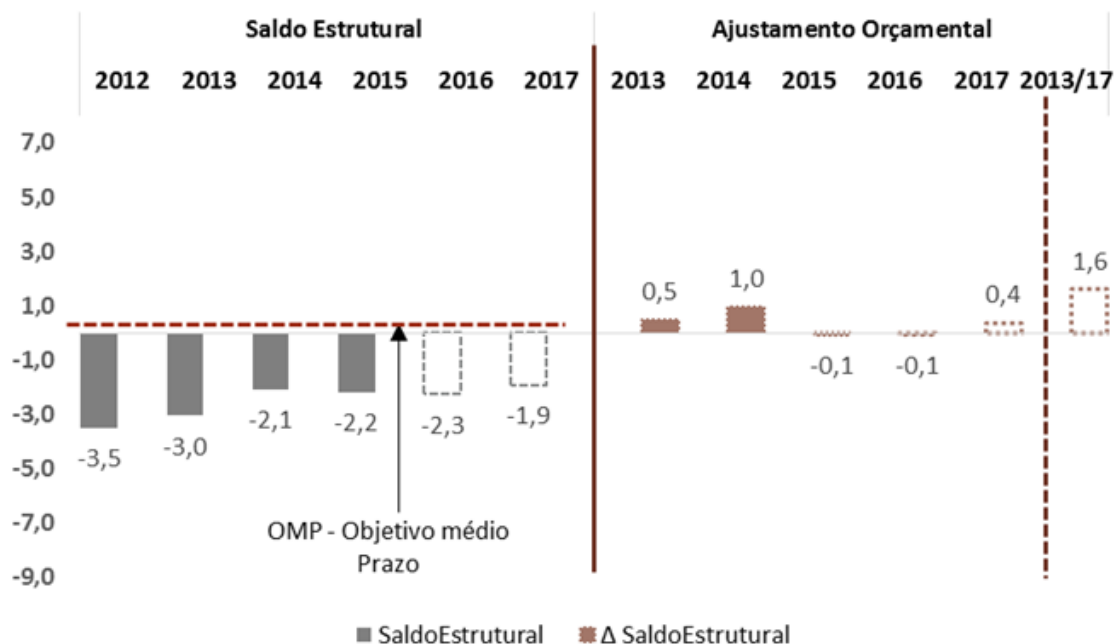
- Dos 1522 M€ de redução prevista do défice orçamental em 2017, apenas 295 M€ decorrem do efeito permanente de medidas previstas na POE/2017.



Passagem do saldo de 2016(e) a 2017(p)

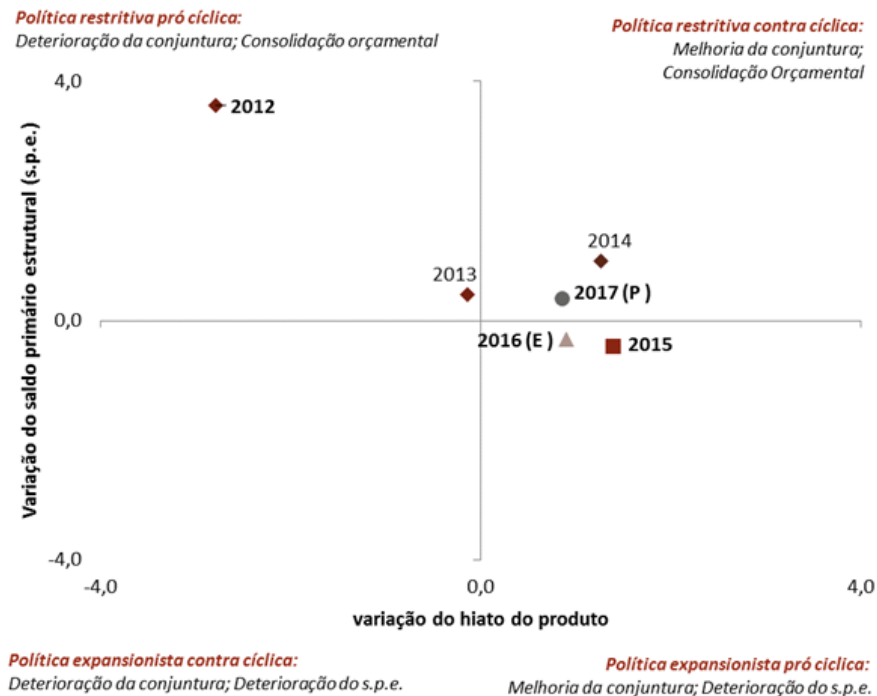
- Mais de dois terços do contributo das novas medidas de política definidas na POE/2017 apenas neutraliza o impacto líquido sobre o saldo de medidas aprovadas em 2016.
- Mais de três quartos da redução nominal do défice orçamental não depende do efeito líquido de medidas permanentes com impacto orçamental em 2017.
- A redução do défice prevista para 2017 decorre assim, quase exclusivamente, do impacto favorável de medidas de natureza temporária e de ganhos financeiros, além de expectativas com respeito ao cenário macroeconómico que ponderam insuficientemente o grau de incerteza vigente.

Evolução do saldo estrutural



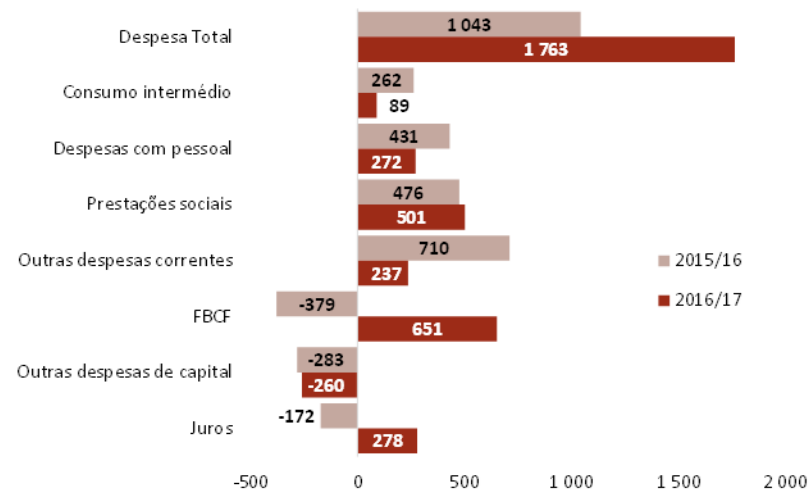
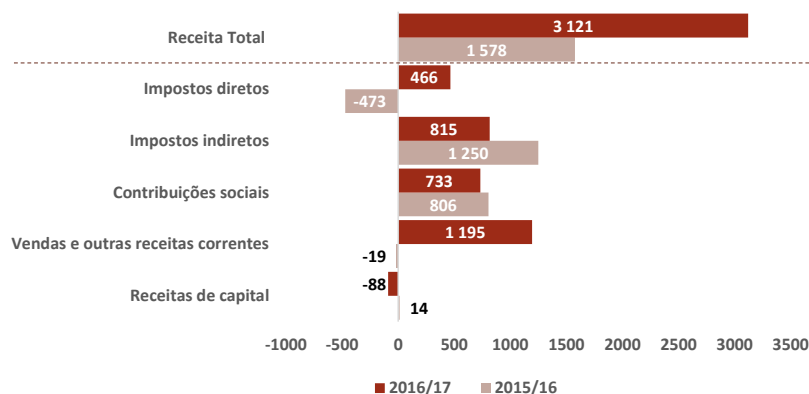
- De acordo com os cálculos do CFP a melhoria programada do saldo estrutural subjacente à POE/2017 será de 0,4 p.p. do PIB em 2017.
- A POE/2017 tem subjacente para 2017 um défice estrutural de 1,9% do PIB, valor que não permitirá ainda alcançar a margem de segurança (1,6%) em relação aos 3% do PIB para o défice orçamental exigida pela volatilidade passada.

Postura da política orçamental



- A POE/2017 tem subjacente uma alteração de postura da política orçamental face a 2016, passando de uma postura expansionista pró-cíclica adotada em 2016 para uma política restritiva contra-cíclica em 2017.

Evolução da receita e despesa ajustadas



A receita, ajustada do efeito de medidas temporárias, deverá aumentar em 0,4 p.p. do PIB, ascendendo a 43,9% em 2017.

A carga fiscal calculada pelo CFP mantém-se ao nível de 2016 (34,1% do PIB).

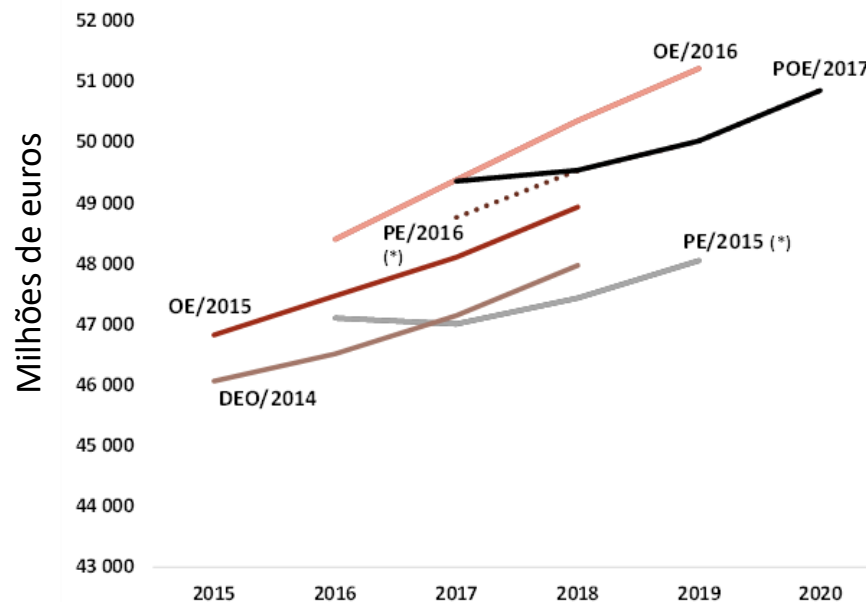
O aumento da receita fiscal do Estado indicado pela POE/2017 baseia-se, em mais de dois terços, na tributação indireta.

O rácio da despesa no PIB deverá diminuir 0,4 p.p. passando para 45,7%.

Para o aumento da despesa contribuem em quase dois terços o crescimento da FBCF e das prestações sociais.

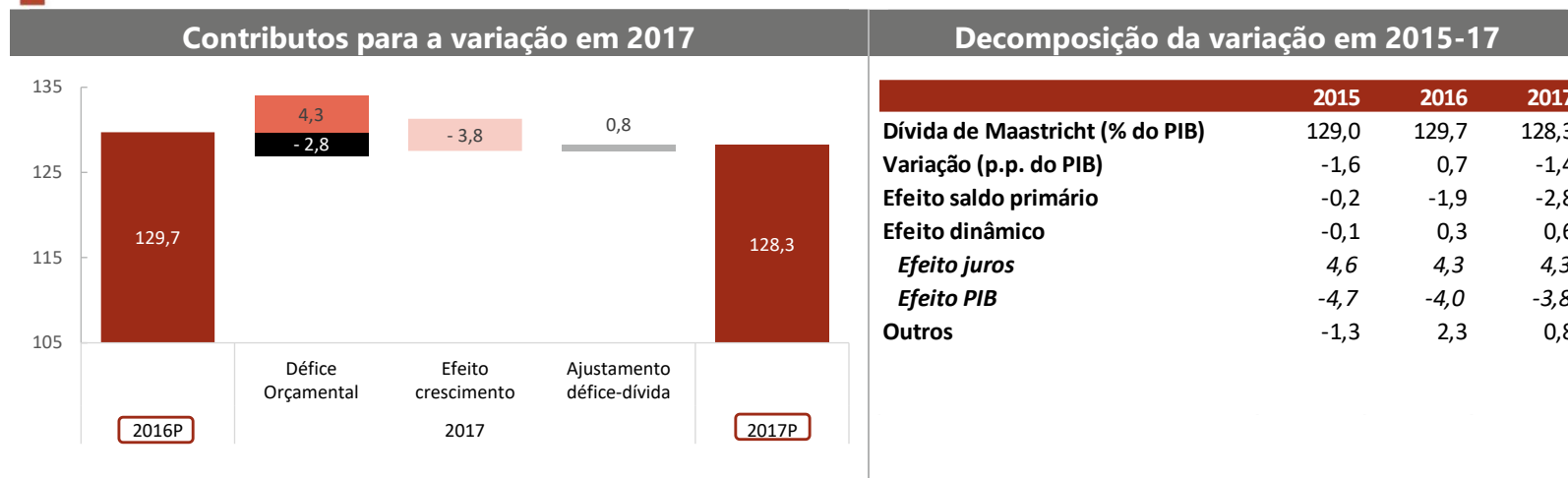
A redução do crescimento do consumo intermédio e da despesa com pessoal são objetivos muito exigentes.

Limite de despesa: Quadro Plurianual de Programação Orçamental



- O QPPO continua a não revelar a eficácia necessária, não representando uma verdadeira condicionante ativa da despesa.
- Desde a aprovação do QPPO inicial, em julho de 2012, os tetos que deveriam disciplinar a programação e a execução da despesa num horizonte de médio prazo têm sido sucessivamente revistos em alta.
- A POE/2017 prevê um limite de despesa para 2017 superior ao projetado no PE/2016 mas praticamente igual ao que está legalmente em vigor.

Evolução da dívida pública



- Depois de em 2015 se ter registado uma diminuição do rácio da dívida, prevê-se que este volte a aumentar em 2016.
- Em 2017 o rácio deverá voltar a baixar, para 128,3% do PIB, sendo esperado, no entanto, um aumento de 4,5 mil M€ em termos nominais, para 244,9 mil M€.



Conclusão

- A POE/2017, procura prosseguir uma trajetória de consolidação de acordo com os compromissos nacionais, mas apresenta riscos não negligenciáveis:
 - no cenário macroeconómico subjacente
 - na estratégia orçamental em que se baseia
 - na envolvente externa, designadamente na manutenção condições de financiamento



Obrigada pela vossa atenção.